

A Geografia na Contemporaneidade 3

Gustavo Henrique Cepolini Ferreira
(Organizador)



Gustavo Henrique Cepolini Ferreira
(Organizador)

A Geografia na Contemporaneidade 3

Atena Editora
2019

2019 by Atena Editora
Copyright © Atena Editora
Copyright do Texto © 2019 Os Autores
Copyright da Edição © 2019 Atena Editora
Editora Executiva: Prof^a Dr^a Antonella Carvalho de Oliveira
Diagramação: Rafael Sandrini Filho
Edição de Arte: Lorena Prestes
Revisão: Os Autores

O conteúdo dos artigos e seus dados em sua forma, correção e confiabilidade são de responsabilidade exclusiva dos autores. Permitido o download da obra e o compartilhamento desde que sejam atribuídos créditos aos autores, mas sem a possibilidade de alterá-la de nenhuma forma ou utilizá-la para fins comerciais.

Conselho Editorial

Ciências Humanas e Sociais Aplicadas

Prof. Dr. Álvaro Augusto de Borba Barreto – Universidade Federal de Pelotas
Prof. Dr. Antonio Carlos Frasson – Universidade Tecnológica Federal do Paraná
Prof. Dr. Antonio Isidro-Filho – Universidade de Brasília
Prof. Dr. Constantino Ribeiro de Oliveira Junior – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Prof^a Dr^a Cristina Gaio – Universidade de Lisboa
Prof. Dr. Deyvison de Lima Oliveira – Universidade Federal de Rondônia
Prof. Dr. Gilmei Fleck – Universidade Estadual do Oeste do Paraná
Prof^a Dr^a Ivone Goulart Lopes – Istituto Internazionele delle Figlie de Maria Ausiliatrice
Prof. Dr. Julio Candido de Meirelles Junior – Universidade Federal Fluminense
Prof^a Dr^a Lina Maria Gonçalves – Universidade Federal do Tocantins
Prof^a Dr^a Natiéli Piovesan – Instituto Federal do Rio Grande do Norte
Prof^a Dr^a Paola Andressa Scortegagna – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Prof. Dr. Urandi João Rodrigues Junior – Universidade Federal do Oeste do Pará
Prof^a Dr^a Vanessa Bordin Viera – Universidade Federal de Campina Grande
Prof. Dr. Willian Douglas Guilherme – Universidade Federal do Tocantins

Ciências Agrárias e Multidisciplinar

Prof. Dr. Alan Mario Zuffo – Universidade Federal de Mato Grosso do Sul
Prof. Dr. Alexandre Igor Azevedo Pereira – Instituto Federal Goiano
Prof^a Dr^a Daiane Garabeli Trojan – Universidade Norte do Paraná
Prof. Dr. Darllan Collins da Cunha e Silva – Universidade Estadual Paulista
Prof. Dr. Fábio Steiner – Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul
Prof^a Dr^a Girlene Santos de Souza – Universidade Federal do Recôncavo da Bahia
Prof. Dr. Jorge González Aguilera – Universidade Federal de Mato Grosso do Sul
Prof. Dr. Ronilson Freitas de Souza – Universidade do Estado do Pará
Prof. Dr. Valdemar Antonio Paffaro Junior – Universidade Federal de Alfenas

Ciências Biológicas e da Saúde

Prof. Dr. Benedito Rodrigues da Silva Neto – Universidade Federal de Goiás
Prof.^a Dr.^a Elane Schwinden Prudêncio – Universidade Federal de Santa Catarina
Prof. Dr. Gianfábio Pimentel Franco – Universidade Federal de Santa Maria
Prof. Dr. José Max Barbosa de Oliveira Junior – Universidade Federal do Oeste do Pará

Profª Drª Natiéli Piovesan – Instituto Federal do Rio Grande do Norte
Profª Drª Raissa Rachel Salustriano da Silva Matos – Universidade Federal do Maranhão
Profª Drª Vanessa Lima Gonçalves – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Profª Drª Vanessa Bordin Viera – Universidade Federal de Campina Grande

Ciências Exatas e da Terra e Engenharias

Prof. Dr. Adélio Alcino Sampaio Castro Machado – Universidade do Porto
Prof. Dr. Eloi Rufato Junior – Universidade Tecnológica Federal do Paraná
Prof. Dr. Fabrício Menezes Ramos – Instituto Federal do Pará
Profª Drª Natiéli Piovesan – Instituto Federal do Rio Grande do Norte
Prof. Dr. Takeshy Tachizawa – Faculdade de Campo Limpo Paulista

Conselho Técnico Científico

Prof. Msc. Abrãao Carvalho Nogueira – Universidade Federal do Espírito Santo
Prof. Dr. Adaylson Wagner Sousa de Vasconcelos – Ordem dos Advogados do Brasil/Seccional Paraíba
Prof. Msc. André Flávio Gonçalves Silva – Universidade Federal do Maranhão
Prof.ª Drª Andreza Lopes – Instituto de Pesquisa e Desenvolvimento Acadêmico
Prof. Msc. Carlos Antônio dos Santos – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro
Prof. Msc. Daniel da Silva Miranda – Universidade Federal do Pará
Prof. Msc. Eliel Constantino da Silva – Universidade Estadual Paulista
Prof.ª Msc. Jaqueline Oliveira Rezende – Universidade Federal de Uberlândia
Prof. Msc. Leonardo Tullio – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Prof.ª Msc. Renata Luciane Polsaque Young Blood – UniSecal
Prof. Dr. Welleson Feitosa Gazel – Universidade Paulista

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP) (eDOC BRASIL, Belo Horizonte/MG)	
G345	A geografia na contemporaneidade 3 [recurso eletrônico] / Organizador Gustavo Henrique Cepolini Ferreira. – Ponta Grossa (PR): Atena Editora, 2019. – (A Geografia na Contemporaneidade; v. 3) Formato: PDF Requisitos de sistemas: Adobe Acrobat Reader Modo de acesso: World Wide Web Inclui bibliografia ISBN 978-85-7247-439-9 DOI 10.22533/at.ed.399190307 1. Geografia – Educação. 2. Geografia humana. I. Ferreira, Gustavo Henrique Cepolini. II. Série. CDD 910
Elaborado por Maurício Amormino Júnior – CRB6/2422	

Atena Editora
Ponta Grossa – Paraná - Brasil
www.atenaeditora.com.br
contato@atenaeditora.com.br

APRESENTAÇÃO

É com imensa satisfação que apresento a A Geografia na Contemporaneidade (Volume 3), cuja diversidade regional, teórica e metodológica está assegurada nos capítulos que a compõem. Trata-se de uma representação da ordem de quinze capítulos de todas as regiões brasileiras, com a contribuição de professores e pesquisadores oriundos de diferentes instituições da Educação Básica e Superior, bem como de centros de estudos e pesquisas.

Nesse sentido, ressalta-se a importância da pesquisa científica e os desafios hodiernos para o fomento na área de Geografia em consonância com a formação inicial e continuada de professores da Educação Básica.

A Coletânea está organizada a partir dos seguintes enfoques temáticos: o primeiro versa sobre os dilemas, conflitos, convergências e possibilidades para compreender o campo brasileiro e suas conceituações e contradições vigentes, as quais estão materializadas nos sete primeiros capítulos da Coletânea. O segundo retrata alguns panoramas sobre o Ensino de Geografia, a formação de professores e uma breve leitura sobre às bases do pensamento geográfico brasileiro.

Na sequência as contribuições tratam dos estudos das redes, políticas públicas relacionadas às obras viárias, geoturismo, patrimônio geológico-geomorfológico e os estudos climatológicos aplicados ao conhecimento geográfico e socioambiental.

Esperamos que as análises publicadas nessa Coletânea da Atena Editora propiciem uma leitura crítica e prazerosa, assim como despertem novos e frutíferos debates geográficos para desvendar os caminhos e descaminhos da realidade brasileira, latino-americano e mundial.

Gustavo Henrique Cepolini Ferreira

SUMÁRIO

CAPÍTULO 1	1
GEOGRAFIA AGRÁRIA E QUESTÃO AGRÁRIA NO CINEMA: ALGUMAS INDICAÇÕES PARA AS AULAS DE GEOGRAFIA NA EDUCAÇÃO BÁSICA	
Gustavo Henrique Cepolini Ferreira	
DOI 10.22533/at.ed.3991903071	
CAPÍTULO 2	16
QUEM TE DARÁ A TERRA SE NÃO FOREM TUAS MÃOS: PROJETO DE ASSENTAMENTO CHICO MENDES I (PRESIDENTE MÉDICI-RONDÔNIA)	
Tânia Olinda Lima	
Denes Luís Reis Pedrosa	
Rogério Nogueira de Mesquita	
Claudia Cleomar Ximenes	
Danúbia Zanotelli Soares	
DOI 10.22533/at.ed.3991903072	
CAPÍTULO 3	33
VENDA DO ZÉ MAJOR: ESPAÇO DE RESISTÊNCIA E PERMANÊNCIA CAMPONESA DA PEDRA LISA	
Geslayne Dias da Silva	
Raoni Ribeiro Guedes Fonseca Costa	
Edevaldo Aparecido Souza	
DOI 10.22533/at.ed.3991903073	
CAPÍTULO 4	45
MANEJO FLORESTAL COMUNITÁRIO COMO ALTERNATIVA DE SUSTENTABILIDADE: O CASO DO ASSENTAMENTO MARGARIDA ALVES EM NOVA UNIÃO, RONDÔNIA	
Lucas Ramos de Matos	
DOI 10.22533/at.ed.3991903074	
CAPÍTULO 5	58
AS ATIVIDADES AGROPECUÁRIAS E OS REFLEXOS AMBIENTAIS NA PAISAGEM RURAL PARANAENSE	
Sergio Fajardo	
DOI 10.22533/at.ed.3991903075	
CAPÍTULO 6	66
ABORDAGEM TERRITORIAL, GÊNERO E GEOGRAFIA	
Daiane Carla Bordulis	
Márcio Freitas Eduardo	
DOI 10.22533/at.ed.3991903076	
CAPÍTULO 7	79
EDUCAÇÃO DO/NO CAMPO: A CONTRADIÇÃO ENTRE A TEORIA E A PRÁTICA, NA ESCOLA ESTADUAL DOM BOSCO – DOURADOS (MS)	
Crislaine Souza Almeida	
Silvana de Abreu	
DOI 10.22533/at.ed.3991903077	

CAPÍTULO 8	91
O TRABALHO DE CAMPO COMO RECURSO DE ENSINO EM GEOGRAFIA	
Márcio Estrela de Amorim	
DOI 10.22533/at.ed.3991903078	
CAPÍTULO 9	106
ITINERÁRIOS DO ESTÁGIO CURRICULAR SUPERVISIONADO EM GEOGRAFIA: POSSIBILIDADE FORMATIVA	
Diêgo Souza Albuquerque	
Luiz Eduardo do Nascimento Neto	
Mariana Priscila de Assis	
DOI 10.22533/at.ed.3991903079	
CAPÍTULO 10	121
INTRODUÇÃO ÀS BASES DO PENSAMENTO GEOGRÁFICO BRASILEIRO	
Darlan Fabiane	
DOI 10.22533/at.ed.39919030710	
CAPÍTULO 11	129
O ESTUDO DAS REDES COMO POSSIBILIDADE DE COMPREENSÃO ESPACIAL	
Lucas Ponte Mesquita	
Juçara Spinelli	
DOI 10.22533/at.ed.39919030711	
CAPÍTULO 12	146
ESTADO, MUDANÇA SOCIAL E PARTICIPAÇÃO POLÍTICA E A IMPLEMENTAÇÃO DO PROJETO TRECHO LESTE DO RODOANEL MÁRIO COVAS NO MUNICÍPIO DE RIBEIRÃO PIRES-SP	
Fellipe de Oliveira Barbosa	
DOI 10.22533/at.ed.39919030712	
CAPÍTULO 13	154
MESTRE ÁLVARO E O GEOTURISMO	
Gustavo Henrique Teixeira da Silva	
Jane Dias	
Luiza Leonardi Bricalli	
DOI 10.22533/at.ed.39919030713	
CAPÍTULO 14	162
A PROTEÇÃO DO PATRIMÔNIO GEOLÓGICO-GEOMORFOLÓGICO NO PROCESSO LEGISLATIVO DO ESTADO DE SÃO PAULO: DÉCADAS DE 1950 A 2000	
Any Marise Ortega	
Alex Ubiratan Goossens Peloggia	
DOI 10.22533/at.ed.39919030714	
CAPÍTULO 15	177
A CLIMATOLOGIA APLICADA AO CONHECIMENTO GEOGRÁFICO E SOCIOAMBIENTAL	
Reinaldo Pacheco dos Santos	
DOI 10.22533/at.ed.39919030715	
SOBRE O ORGANIZADOR	190

EDUCAÇÃO DO/NO CAMPO: A CONTRADIÇÃO ENTRE A TEORIA E A PRÁTICA, NA ESCOLA ESTADUAL DOM BOSCO – DOURADOS (MS)

Crislaine Souza Almeida

Universidade Federal da Grande Dourados (UFGD). Mestranda do Programa de Pós-Graduação em Geografia (PPGG / UFGD).
Dourados – MS

Silvana de Abreu

Universidade Federal da Grande Dourados (UFGD). Professora Titular / PPGG / UFGD e Curso de Graduação de Geografia / FCH / UFGD.
Dourados – MS

RESUMO: Este artigo é parte da pesquisa de conclusão de curso que me proporcionou uma análise entre a teoria e a prática, ou seja, a visão diferenciada entre o gestor e o educador, em relação a escola do campo especificamente sobre a “Escola Estadual Dom Bosco”, no Distrito de Indápolis, Município de Dourados-MS. Realizamos pesquisa junto a documentos e normativos que regeram (e regem) sobre a educação rural e do campo, para compreender a diferença e o contexto da educação rural e educação do Campo; analisamos o Projeto Político Pedagógico (PPP) da escola; realizamos entrevistas com o professor de geografia e também com representante da Secretaria Estadual de Educação. Observa-se que o coordenador vislumbra o ensino diferenciado como uma perspectiva que perpassa todos os conhecimentos nas escolas do campo,

enquanto o professor tem visão de escola “no campo” e não “do campo”.

PALAVRAS-CHAVE: Educação do/no Campo - Teoria e Prática – Escola Dom Bosco (Distrito Indápolis – Dourados / MS).

ABSTRACT: This article is part of the course conclusion research that gave me an analysis between theory and practice, that is, the differentiated vision between the manager and the educator, in relation to the school of the field specifically about the “Don Bosco State School” in the District of Indápolis, Municipality of Dourados - MS. We conducted research with documents and regulations that governed (and governed) rural and rural education in order to understand the difference and context of rural education and rural education; we analyzed the Political Educational Project (PPP) of the school; we conducted interviews with the geography teacher and also with a representative of the State Department of Education. It is observed that the coordinator sees the differentiated teaching as a perspective that crosses all the knowledge in the schools of the field, while the teacher has a vision of school “in the field” and not “in the field”.

KEYWORDS: Education in the Field - Theory and Practice - Don Bosco School (District Indápolis – Dourados / MS).

1 | INTRODUÇÃO

Neste artigo apresentamos parte das análises referentes à pesquisa realizada como conclusão do Curso de Geografia, dados que faz parte do projeto de dissertação de mestrado da autora, que possibilitou analisar a partir da visão do Coordenador da educação do campo e de um professor de geografia a escola diferenciada do campo “Escola Estadual Dom Bosco”, em Indápolis, distrito de Dourados-MS. Esta escola passou a ser “do campo” em dezembro de 2011, a partir de uma Resolução SED/MS n. 2.507, de 29 de dezembro de 2011. O que nos intrigou foi pensar sobre as motivações dessa mudança; o que mudou, já que a escola já existia desde 1956 como escola Dom Bosco e não era “do campo”. O que isso significava efetivamente? E qual era a visão do professor em relação a essa mudança?

Para compreender, nos dispusemos a pensar sobre uma realidade nova da/na Escola e também refletir sobre o sentido da mudança, motivo pelo qual foi necessário entender a origem da ideia de escola do campo, diferenciar escola rural e escola do campo. Nesse sentido o diálogo com o Sr. Mauro Sergio Almeida de Lima (Coordenador da Secretaria de Educação do Campo) e o material encontrado na própria escola (PPP – Projeto Político Pedagógico) nos conduziu a buscar base teórica e metodológica para realizar estudos e compreender a realidade da escola Dom Bosco como escola do campo, e como o professor especificamente de geografia observava essa mudança na prática.

2 | DA EDUCAÇÃO RURAL A EDUCAÇÃO DO CAMPO

A educação do campo na forma como acontece no Brasil, no século XXI, tem sua base nas reflexões acerca da educação rural. A educação rural esteve voltada (nas segunda e terceira décadas do século XX) aos conhecimentos básicos, pois se acreditava não ser necessário aos sujeitos do campo muito conhecimento, nesse sentido, a educação rural se constitui numa ação “compensatória” na medida em que se acreditava não ser necessário aos sujeitos do campo, que lidam com a roça, aprender conhecimentos complexos, que desenvolvam sua capacidade intelectual.

Portanto a educação rural estava voltada fundamentalmente ao conhecimento técnico, ao trabalho, ao conhecimento básico, visando uma população rural que apenas soubesse ler e escrever. A educação do campo pretende-se que seja diferenciada da rural e tem como princípio contribuir com a luta pelo direito de permanecer em seu local de origem e de ter acesso a uma educação que leve em conta o modo de vida e de ser do campo. Portanto, a Educação do Campo se constitui numa ação “emancipatória”, incentiva os sujeitos do campo a pensar e agir por si próprios, assumindo sua condição de sujeitos da aprendizagem, do trabalho e da cultura. Emancipar significa romper com a tutela de outrem, significa ter a possibilidade de tomar suas próprias decisões, segundo seus interesses e necessidades. (CALDART, 2007). Sobre a Educação do

Campo, de acordo com Caldart (2007, p. 2), “tem raiz na sua materialidade de origem e no movimento histórico da realidade a que se refere”, ou seja, ele é fruto da luta do campo pelo reconhecimento de sua especificidade. Por isso, a escola do campo não pode ignorar a luta dos movimentos sociais.

A Educação do Campo nasceu como mobilização/pressão de movimentos sociais por uma política educacional para comunidades camponesas articuladas às lutas por reforma agrária partindo-se de uma compreensão de campo carente de terra e condições de trabalho, de escolas apropriadas para as pessoas que ali residem visando maior desenvolvimento de seu território. (CALDART, 2002).

Assim como a autora, em diálogo realizado com o coordenador em Educação do Campo, Mauro Sérgio Almeida de Lima, representante da COPEED/SED/MS (Coordenadoria de Políticas Específicas em Educação/MS), a Educação do Campo é conquista e se diferencia da educação rural por essa condição de valorização da vida do campo. Em seu dizer:

[...] a mudança principal de educação rural para educação do campo é o reconhecimento que o campo é local de vida, produção própria e de solidariedade e sendo assim os moradores merecem uma educação que deve ser emancipatória, ou seja, feita a partir de suas demandas, a partir dessa premissa foram conquistadas muitas políticas públicas. (Em 16/08/2016).

Pretende-se analisar a organização da educação do campo no contexto do sistema de ensino estadual, com foco na legislação que regula a política de educação no estado de Mato Grosso do Sul. A partir da Resolução 2.501, da Secretaria Estadual de Educação do Estado de Mato Grosso do SUL, (2.501/2011 Art.3 e 4 p.15):

Entende-se por escola do campo aquela que trabalha os interesses, a política, a cultura e a economia dos diversos grupos de trabalhadores e trabalhadoras do campo, nas suas diversas formas de trabalho e de organização, na sua dimensão de permanente processo, produzindo valores, conhecimentos e tecnologias na perspectiva do desenvolvimento social e econômico igualitário da população do campo.

As escolas do campo terão em sua Proposta Pedagógica, os eixos temáticos Terra-Vida-Trabalho e os fundamentos das diversas áreas de conhecimento norteadores de toda a organização curricular interdisciplinar, abrangendo as disciplinas e seus conteúdos, bem como outras atividades escolares que venham enriquecer a formação dos estudantes, relacionando-os entre si e atendendo à realidade da comunidade.

Para compreender a educação básica do campo no Estado do Mato Grosso do Sul, segundo Mauro Sergio Almeida de Lima (15/08/2016), é preciso conhecer a estrutura existente; refere-se à existência de uma coordenadoria específica para o campo, a COPEED-SED/MS, (Coordenadoria de Políticas Específicas para Educação). De acordo com o Coordenador, no ano letivo de 2015 “foram 40 escolas do campo, em 27 municípios do estado de Mato Grosso do Sul, totalizando 12.010 alunos”. Nossa pesquisa foi realizada na “Escola Estadual Dom Bosco” que está localizada no Distrito de Indápolis (27 minutos do centro de Dourados).

Segundo o coordenador, Mauro Sergio Almeida de Lima, o motivo de a Escola

Estadual Dom Bosco tornar-se escola do campo foi porque possuía pré-requisitos:

As escolas do campo são determinadas a partir da comunidade a que está inserida, algumas estão em assentamentos rurais, outras em distritos, ribeirinhos, entre outros. Para entender porque a escola foi determinada do campo, deve-se estudar o movimento de territorialização local, que se deu a partir das migrações para colonização, a Colônia Agrícola de Dourados, entre outros processos. (Em 16/08/2016).

Para Mauro Sergio Almeida de Lima só foi possível esta escola se tornar do campo a partir da RESOLUÇÃO/SED n. 2.501, de 20 de dezembro de 2011, que determinou as escolas do campo do estado de Mato Grosso do Sul e posteriormente com a Resolução/SED n. 2.507, de 29 de dezembro de 2011, autorizou o funcionamento das escolas. Ainda em seu dizer:

No caso da escola de Indápolis, como a Dom Bosco, a territorialização se deu principalmente a partir da CAND e o território é constituído por propriedades rurais, logo os alunos são oriundos do distrito e das propriedades. A realidade regional é camponesa e os hábitos da comunidade diferenciam-se dos hábitos urbanos. A paisagem, os costumes, a realidade, a cultura, todos esses fenômenos são diferenciados e quando uma comunidade é reconhecidamente camponesa, então a educação também deve ser diferenciada.

A comunidade na qual a escola Estadual Dom Bosco se localiza, no distrito de Indápolis, a 24 km ao leste do município de Dourados-MS (Figura 01), tem aproximadamente 3.000 habitantes e as principais atividades no Distrito são a agricultura voltada ao agronegócio intensivo, com plantio de soja e milho e a utilização de tecnologias, além da criação de animais: suinocultura e avicultura.

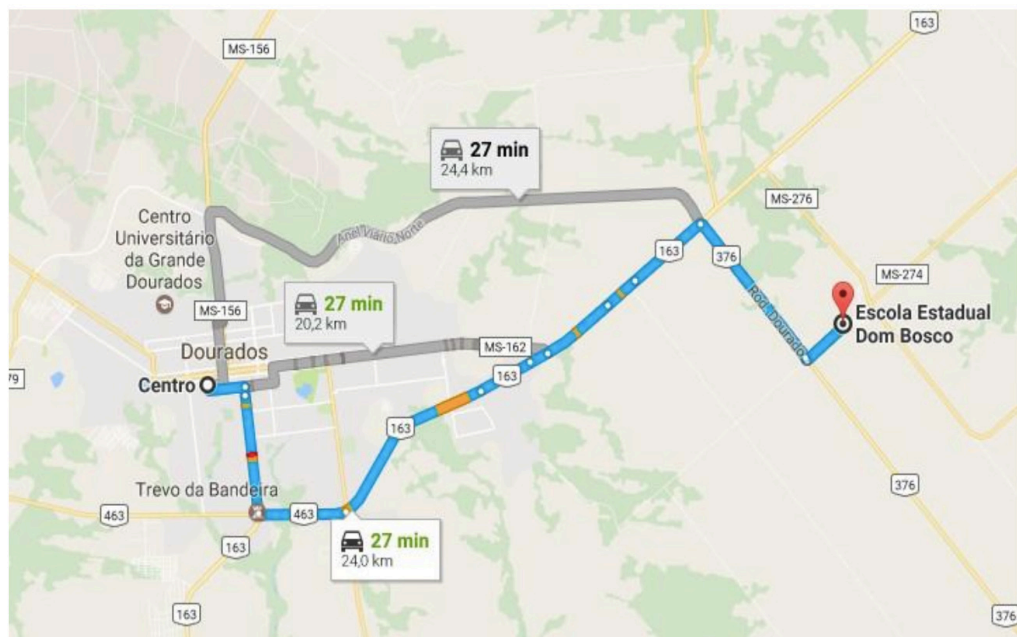


Figura 01: Localização da escola Dom Bosco

Fonte: Google maps (15/04/2017)

Há pequena atividade comercial, com lojas de produtos rurais, mercados e bares.

Para o coordenador, desde a Colônia Agrícola de Dourados se constituiu identidade “do campo”. Concordamos com ele, na medida em que o distrito de Indápolis já tinha essa escola desde o início do século passado; antes mesmo da constituição do município de Dourados, no então Mato Grosso, e ela propunha formar para “a lida no campo”. O colégio foi construído pelos padres salesianos, quando chegaram à Colônia Agrícola. Segundo CAPPÉLI (1978, p.1):

A escola de Iniciação Agrícola “Dom Bosco” de Dourados teve início aos 16 de maio de 1956. Foi aberta com a finalidade de servir como escola para os filhos dos colonos do Núcleo Colonial de Dourados. A orientação com a qual foi aberta era técnica-agrícola. Até o ano de 1960 ficou só um padre encarregado com uma casa de madeira. Em 1960 foi construído um galpão de madeira, foi comprada mais terra e com a vinda de mais dois salesianos foi possível começar um pequeno internato para 30 meninos do curso primário. No ano de 1968 foi construído um pavilhão com cinco salas de aula e em 1969 um pavilhão para dormitórios e o prédio do moinho. Em 1970 foi construído o salão do teatro e teve início o funcionamento do Ginásio Estadual.

Portanto, a escola era voltada para formação agrícola e de formato interno (internato), que atendia apenas estudantes do sexo masculino. Em 1960 a escola deixa de ser interna e passa a aceitar estudantes do sexo feminino. A escola, em 1972, passaria a ter nova direção com a assunção pelo governo do Estado de Mato Grosso. Apesar da mudança, a direção da escola ainda ficou sob comando dos padres salesianos, situação que permaneceu até meados dos anos de 1990, quando a professora Márcia Brochado de Souza assumiu a direção da instituição, permanecendo até o início de 2015. A partir de 1998, a escola recebeu outro nome: “Escola Estadual Dom Bosco” (Figura 02 e 03), denominação esta, que permaneceu até final de 2017, após esse período obteve o fechamento dessa mesma unidade escolar.



Foto 03: Vista aérea da escola de Iniciação Agrícola “Dom Bosco” de Dourados em 2009

Fonte: Arquivo, Paróquia Nossa Senhora Auxiliadora de Indápolis (05/12/2016).



Figura 03: Vista parcial e frontal da “Escola Estadual Dons Bosco” (2016)

Autor: Almeida. (13/12/2016).

3 | A VISÃO DE ESCOLA “NO CAMPO”, QUE NÃO É “DO CAMPO”.

Uma escola diferenciada como Escola Estadual Dom Bosco, que foi considerada uma escola “do campo” nos levou a refletir sobre como o professor de geografia observa essa diferença no cotidiano: O que muda no ensino de geografia na escola do campo? Como a geografia pode contribuir para formação na escola do campo?

Segundo o professor de geografia da Escola Estadual Dom Bosco:

A geografia é uma disciplina bastante abrangente e em uma escola do campo, por exemplo, pode se destacar agricultura, a expansão das áreas agrícolas, o uso de agrotóxico, questão fauna e da flora. Todos esses temas são concretos e fazem parte da vivência diária dos alunos, percurso escola pra casa, essa é uma das ferramentas utilizadas na aula de geografia, pois auxilia em muito no aprendizado. (Em 13/12/2016)

Para o coordenador Mauro Sergio Almeida de Lima:

(...) a geografia ocupa um papel fundamental, pois muito do seu conteúdo está direta mente ligado à vida do camponês, como o solo, o clima, o bioma, entre outros. O professor ou professora é essencial para o bom funcionamento dos projetos, no espaço da horta, da jardinagem, por exemplo. Sendo uma área do conhecimento das ciências humanas contribui para os projetos em muitos sentidos, na organização, na solidariedade, na fundamentação. (Em 16/08/2016).

Os dizeres do professor e do técnico da Secretaria de educação / MS tem coerência e se aproximam. Ambos reconhecem a importância da Geografia, seu papel fundamental na formação para o campo e as possibilidades que permite formação da consciência e conhecimento. Percebe-se na fala professor que ele compreende que a matéria é oportunidade de promover significativa interligação com o campo em seus principais

conteúdos. Porém, sua visão sobre o diferencial da escola não é possível perceber, pois segundo ele não teve formação para atuar como professor na educação do campo. E quando questionado sobre sua avaliação a sua formação acadêmica e se ela contribuiu para trabalhar nessa escola do campo, o professor demonstra compreender a importância da prática na relação com uma base teórica e acadêmica, que tem condições e permite o desenvolvimento do trabalho docente em toda situação escolar. É o que diz o professor:

(...) a formação acadêmica norteia as suas decisões, pois sala de aula, mas a prática diária é o que te torna professor. Portanto não vejo diferença, minha formação é adequada para trabalhar tanto no campo quanto na cidade. (14/05/2015)

O professor explica que sua formação em Geografia o qualifica para trabalhar na escola do campo e concordamos com sua análise. Os cursos de licenciatura contribuem para a formação teórico-metodológica, que significa refletir para além “do que ensinar”; também, “para que” e “para quem”. Mas, ao mesmo tempo, o professor parece não compreender que a escola do campo é para ser diferenciada. Observa-se, assim, contradição entre a fala do coordenador da COPEED e a visão do educador. Para o senhor Mauro Sergio Almeida de Lima:

A realidade regional é camponesa e os hábitos da comunidade diferenciam-se dos hábitos urbanos. A paisagem, os costumes, a realidade, a cultura, todos esses fenômenos são diferenciados, e quando uma comunidade é reconhecidamente camponesa então a educação também deve ser diferenciada. (Em 15/08/2016)

No dizer do professor há utilização de vários procedimentos de ensino e são utilizadas várias ferramentas na prática em sala de aula, mas há o reforço de que não há diferenciação com a realidade do aluno do campo, que ele percebe diferenciada, mas não o suficiente para alterar sua metodologia e o conteúdo. Utiliza-se, ao que expõe, de outras ferramentas, assim como nas escolas da cidade.

Portanto a visão do professor é de que a escola do campo trata-se apenas de uma classificação, que em nada interfere em sua prática metodológica ao lecionar. É possível concluir que o professor percebe a escola, mas não compreende o sentido de sua condição. Nesse aspecto pode-se dizer que ela seria apenas uma escola *no campo*, ou seja, apenas localizada fora da cidade.

É fato que não basta ter escolas do campo no papel e normativos, mas a continuar a seguir a mesma estrutura das escolas urbanas, a luta da educação do campo de construir escolas do campo, com projeto pedagógico diferenciado encontrara dificuldades de efetividade. Sobre a condição diferenciada da escola do campo, a partir da experiência que ele tem, perguntamos ao professor __ Você considera que a escola do campo é mesmo diferenciada? Veja-se a resposta:

Sim, uma das diferenças é o quantitativo de alunos por sala que é bem menor em relação com as escolas urbanas, por exemplo, uma escola do campo pode abrir turma com 15 alunos ao contrário da escola urbana tem que ter 25.

É possível observar que o professor percebe a escola do campo como diferente, mas não compreende o sentido de sua condição: como “outra” escola. No caso do coordenador Mauro Sergio Almeida de Lima, quando perguntado: *Qual sua visão de escola do campo, sendo um representante e coordenador de escolas do campo do estado do Mato Grosso do Sul? Quais suas possíveis expectativas? Veja-se a resposta:*

A minha visão a respeito da educação do campo é muito positiva, foram grandes conquistas ao longo das últimas décadas, foi pensada e estruturada pelos movimentos sociais e os povos do campo a partir da sua realidade, da vivência de cada um e uma. É evidente que ainda não está de acordo com o que se pretende estabelecer, mas há de se entender que é um processo em construção e os movimentos sociais nos últimos anos estão um pouco adormecidos. As políticas públicas estão estabelecidas, a construção é coletiva e demanda da comunidade camponesa reivindicar as melhorias nas escolas, a participação da comunidade é essencial e um pré-requisito para que a educação do campo seja de acordo com a necessidade, então, devem acordar e exigir seus direitos. Porém, não é possível estabelecer todas as reivindicações do campo, pois as mudanças são de forma gradativa e ainda podem encontrar resistências. Mas a COPEED (Coordenadoria de Políticas Específicas para a Educação), na figura do Coordenador Professor Alfredo Anastácio e os técnicos, se esforçam na tentativa de validar as conquistas do campo. (Em 13/12/2016)

A autora Caldart (2002, p.18), ao definir educação *no/do* campo, afirma: “*No*: o povo tem direito a ser educado no lugar onde vive; *Do*: o povo tem direito a uma educação, pensada desde o seu lugar e com a sua participação, vinculada a sua cultura e as suas necessidades humanas e sociais”. A disponibilidade de profissionais para trabalharem em escolas do campo tem encontrado reforço em política específica criada para licenciatura em educação do campo. Sobre isso podemos considerar o dizer do coordenador da SED:

Um dos problemas que existem e devem ser pensados, é a mão de obra dos professores formados, muitos estão se especializando, fazendo a licenciatura PRONACAMPO que também é uma ótima política, porém quando saem das universidades não conseguem ingressar na docência. Logo, uma das preocupações da Secretaria de Educação é de providenciar um mecanismo para que os professores sejam admitidos no campo, propiciando assim uma educação do campo com as devidas especificidades. (Em 13/12/2016)

Em 2012, foi criada uma das principais conquistas, da educação do campo; trata-se da implantação do PRONACAMPO – Programa Nacional de Educação do Campo – que possui o objetivo de disponibilizar apoio técnico e financeiro aos Estados, Municípios e Distrito Federal para a implementação da Política de Educação do Campo, visando à ampliação do acesso e a qualificação da oferta da Educação Básica e Superior, por meio de ações para a melhoria da infraestrutura das redes públicas de ensino, a formação inicial e continuada de professores, a produção e a disponibilização de material específico aos estudantes do campo e quilombolas, em todas as etapas e modalidades de ensino.

O Programa, estruturado a partir do Decreto nº 7.352/2010, no Governo do Presidente Lula, constituiu-se de um conjunto de ações voltadas ao acesso e a permanência na escola, à aprendizagem e à valorização do universo cultural

das populações do campo, sendo estruturado em quatro eixos: Gestão e Práticas Pedagógicas; Formação Inicial e Continuada de Professores; Educação de Jovens e Adultos e Educação Profissional; Infraestrutura Física e Tecnológica.

O programa era voltado para cursos de formação que foram criados na gestão do então presidente Luiz Inácio Lula da Silva (PRONERA e PRONACAMPO) e que foram e tem sido responsáveis pela habilitação em diferentes áreas do conhecimento, sob a visão da escola diferenciada “do campo”. No entanto, a fala do técnico indica a situação de que faltam oportunidades para trabalharem na área de formação, pois o próprio referencial curricular das escolas do campo impõe empecilhos para esses docentes. Como nos referimos, o único diferencial são as aulas de TVT.

Trata-se de perceber que os movimentos sociais reivindicaram a formação específica em licenciaturas para atender as escolas do campo, mas que os cursos realizados e que formaram tais professores parecem constituir-se como barreiras no enfrentamento com outros professores de formações clássicas, como geografia, história, matemática etc. Reconhecemos a dificuldade expressa, mas é preciso também considerar que os professores de geografia é que devem ofertar geografia, os de história devem ofertar história etc. À questão é que a estrutura curricular não está aberta para outras possibilidades que poderiam ser enriquecedoras, para além da disciplina TVT.

A disciplina de TVT (Terra – Vida – Trabalho) foi incluída a partir da Resolução n.2.501, de 20 de dezembro de 2011, como um novo modelo de referencial curricular; das escolas do campo tendo como princípio a vivência local e a inclusão, com duas aulas semanais. Uma das principais modificações foi à inclusão dessa disciplina, tendo como objetivo a interdisciplinaridade.

Em entrevista com o senhor Mauro Sérgio Almeida de Lima, representante da Coordenadoria de Políticas Específicas em Educação – COPEED/Secretaria de Educação/MS, em Dourados-MS, ao responder a questão: A estrutura curricular da escola muda ao se tornar do campo? Como?

Não havia sentido se tornar escola do campo e continuar com o referencial curricular urbano, então, aconteceram algumas mudanças e a mais importante é a inclusão da disciplina TVT (Terra Vida e Trabalho) como eixos temáticos. A carga horária da disciplina é de duas aulas semanais e o referencial curricular é específico para o campo. A disciplina TVT foi pensada para ser interdisciplinar e trabalhar os três eixos em todas as disciplinas. Existem especificidades para lotação: ser licenciado em química, biologia ou geografia ou, na falta, em outras áreas. Porém, o mais importante é o professor ter especificidades para lecionar, sendo morador do local ou tendo ligação com a educação do campo, para tanto a autonomia deve ser do diretor, sempre seguindo as recomendações da SED-MS. O calendário das escolas do campo pode ser diferenciado de acordo com a regionalidade.

Podem ser ministrados sob a pedagogia da alternância, como as Escolas Famílias Agrícolas (EFAS), respeitando o ciclo das colheitas e das enchentes, como no pantanal, entre outros. Porém, na maioria das escolas do campo do Estado de Mato Grosso do Sul o calendário segue o urbano. As escolas

recebem os mesmos financiamentos que as escolas urbanas, porém algumas conquistas foram diferenciadas, o custo-aluno para merenda escolar é maior. O PRONACAMPO trouxe contribuições, o PDDE Campo foi um avanço, mas nada que fosse muito significativo, pois existe sempre a dificuldade de acesso. (grifo nosso)(Entrevista 16/08/2016).

Veja-se, que de acordo com o técnico da COPEED/Secretaria de Educação/MS, a disciplina TVT pode ser lotada por professor de formação em Geografia, o que se confirma no DIÁRIO OFICIAL DO ESTADO DO MATO GROSSO DO SUL n. 9.100, de 05/02/2016: “Art. 122. A formação exigida para a docência da disciplina, componente curricular de Eixos Temáticos: Terra-vida-trabalho será formação em curso de licenciatura: Ciências Biológicas, Geografia e ou Química” (p.12).

A pesquisa nos demonstrou que há dificuldades na lotação dessa disciplina TVT e que a Escola Estadual Dom Bosco não segue a condição apontada anteriormente, possibilitando a professor de outras áreas lecionarem essa disciplina. No ano letivo de 2016, por exemplo, estava lotada por professores formados em História e Ciências Sociais. Não se pode dizer, no entanto, que esteja fora da lei, pois há brecha para tal condição, na ausência das outras formações disponíveis. O fato é que, considerando que estamos nos referindo ao município de Dourados, que conta com duas Universidades Públicas e Faculdades Privadas que garantem as formações de professores em Ciências Biológicas, Geografia e Química, é difícil imaginar a impossibilidade de atender a legislação. Percebe-se que a escola procura se adaptar aos princípios da educação do campo, no entanto, que a principal diferença da escola é o acréscimo do TVT que deveria ser mais do que uma disciplina, pois em sua formulação esta proposta a interdisciplinaridade, ou seja, a capacidade de dialogar e perpassar entre outras disciplinas; condição que na prática não pode ser observado, pois a disciplina está voltada para teoria e prática de técnica agrícola, não muito diferente de uma concepção de formação técnica rural, mas que não dialoga com as demais matérias do Currículo. Trata-se, a interdisciplinaridade, de uma construção ainda, não tendo sido conquistada, nem pelos professores que ministram a TVT, nem pelos professores da escola. É o caso do professor de geografia que não tem ao que ficou explícito trabalho interdisciplinar com TVT e pouco sabe sobre essa disciplina. Se a implantação dessa disciplina TVT, tinha como objetivo ser o diferencial em relação ao referencial curricular das escolas que não são “do campo”, isso não está se realizando na escola analisada, uma vez que não é possível observar a interdisciplinaridade, ou seja, promover o diálogo com a Geografia, que poderia ser um elo na valorização e construção da identidade do campo. A Base referencial comum e diversificada das escolas do campo no Mato Grosso do Sul foi elaborada para que houvesse um diferencial nas escolas do campo. Observa-se uma contradição nessa condição, já que a única diferença é a inserção da disciplina TVT. A pesquisa demonstrou que a Geografia - “comum” – é trabalhada e segue mesmo material didático das escolas urbanas e a prática docente também, segundo o próprio professor, não é diferente. A luta pela educação do campo era por uma escola diferenciada, que valorizasse o campo enquanto condição de vida

e de identidade, favorecendo a permanência e pertença. O PPP da E.E. Dom Bosco sinaliza para essa condição. Analisamos o PPP da EE Dom Bosco, entrevistamos o coordenador em Educação do Campo da Coordenadoria de Políticas Específicas em Educação, COPEED./SED/MS e entrevistamos um professor de geografia. Além disso, em função de nossa permanência na escola, também pudemos observar, conversar com diferentes pessoas, o que possibilitou visões convergentes e também contraditórias em relação à educação do campo. Uma considera a Escola Estadual Dom Bosco uma escola do campo. Outra visão a considera como escola no campo. Segundo o professor de Geografia, a escola se constitui como “no campo”; apenas se localiza no campo. Essa sua visão se configura principalmente pela prática, mas também aparece no seu discurso. No caso do PPP da escola e também do coordenador de Educação do Campo, Mauro Sergio Almeida de Lima pela condição histórica, acredita que a escola é “do campo”. Percebo que o ensino da geografia na escola do campo, ainda deve ser mais fundamentado, pois como observado, o professor parece não diferenciar alunos do campo e da cidade. Pelos diálogos e a maneira como a geografia em sala de aula acontece, utiliza-se dos mesmos recursos (livro didático) da cidade, ainda que se reconheça a geração da informação e de saberes em extensão, não foi possível identificar a relação entre o saber da cartilha e a realidade vivida no Mato Grosso do Sul, em Dourados, e muito menos nas mediações rurais da cidade. Aspecto contraditório do discurso e da prática do professor, permeados, ao que parece, ainda pela visão da escola rural, condição que parece não foi superado nem mesmo pelos alunos, muitos dos quais pudemos observar reclamam pelos corredores por terem que cursar TVT.

Percebe-se que essa condição esta associada à prática da disciplina. Verificamos que a sua organização está muito pautada na técnica agrícola, o que ao que pudemos perceber pelos normativos e também pelo PPP não seria o objetivo da disciplina. Observa-se que há dificuldade em lecionar em escolas do campo na forma esperada pelos movimentos de luta pela terra, que pensaram na lógica da luta, da quebra de paradigmas e no enfrentamento das relações de subserviência e preconceito para com a vida e identidade do campo. A pesquisa nos permite afirmar que a possibilidade de extinção da escola do campo existe e é necessário que os gestores e professores, mas também estudantes e familiares/responsáveis sejam capazes de construir a proposta e sua implementação sob pena de realmente a escola do campo vir a sucumbir sem ter atingido seus objetivos, quais sejam, formar cidadãos comprometidos com a vida do campo.

4 | CONSIDERAÇÕES FINAIS

Conclui-se que há contradição entre a teoria e a prática, seja pelos educadores no interior da escola, seja pelos gestores. A Escola Estadual Dom Bosco, embora

seja uma escola do campo, na pesquisa realizada, verificou-se ser uma Escola *no campo*, na experiência analisada, não contribui para superar essa condição porque não contribui para a valorização do modo de viver e sua identidade, não favorece a compreensão da incorporação do campo no contexto da sociedade em que vivemos que é globalizada, mas que tem no local sua realização. Como se pode observar, não há uma valorização da vivência dos alunos o que acarreta a não se reconhecer como do campo, ou seja, que independentemente de sua vida cotidiana “do campo”, se sentem e desejam ser efetivamente sujeitos urbanos, no limite, “no campo”.

REFERÊNCIAS

ALMEIDA, C. S. ***O Ensino da Geografia na Educação do/no Campo: Teorias e Práticas***. Monografia apresentada no Curso de Geografia - UFGD (2017).

CALDART, Roseli Salete. ***Por uma Educação Básica do Campo***. A escola do campo em movimento, 2007. Disponível em: <http://web2.ufes.br/educacaodocampo/down/cdrom1/pdf/ii_03.pdf> Acesso em: 25 dez.2016.

Por uma educação do campo: traços de uma identidade em construção. In: Educação do campo: identidade e políticas públicas – Caderno v.4. Brasília: Articulação Nacional “Por Uma Educação Do Campo” 2002.

CAPELI, André. ***Relatório da Escola de Iniciação Agrícola Dom Bosco***, Indápolis – Dourados/MS. 1978. In: Arquivo da missão salesiana de Mato Grosso do Sul, Dourados/ MS.

LIMA, Mauro Sérgio Almeida de. ***Entrevista***, Dourados/ MS, 16 Ago. 2016. “Entrevista concedida á”, Crislaine Souza Almeida.

PPP- ***PROJETO PO LITICO PEDAGOGICO***. Projeto pedagógico da Escola Estadual Dom Bosco. Dourados – MS, 2015.

Professor de geografia. ***Entrevista***, Dourados/ MS, 13 Dez. 2016. “Entrevista concedida á”, Crislaine Souza Almeida.

Resolução/SED N.2.501 de 20 de dezembro de 2011. ***Dispõe sobre a organização da Educação Básica do Campo na Rede Estadual de Ensino e dá outras providências***. 2011. Disponível em: <http://www.spdo.ms.gov.br/diariodoe/Index/Download/DO8096_26_12_2011> Acesso em: 22 fev.2018.

N.2.507 de 29 de dezembro de 2011. ***Dispõe sobre a autorização do ensino fundamental e/ou ensino médio, na modalidade. Educação básica do campo e dá outras providências***. Disponível em: <http://www.spdo.ms.gov.br/diariodoe/Index/Download/DO8100_30_12_2011> Acesso em: 22 fev.2016.

N. 2.055, de 11 de dezembro de 2006. **DIÁRIO OFICIAL DO ESTADO DO MATO GROSSO DO SUL** n. 9.100. ***Capítulo XVI a lotação de professores (a)***. Disponível em: <http://www.spdo.ms.gov.br/diariodoe/Index/Download/DO9100_05_02_2016> Acesso em: 22 fev.2016.

Agência Brasileira do ISBN
ISBN 978-85-7247-439-9

